

-----**ATA N.º 13/2012**-----

-----Aos 4 dias do mês de julho de 2012, pelas 10h, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Vice-Presidente, José Luís Saúde Cabral, estando também presentes os Senhores Vereadores:-----

-----João Manuel Duarte;-----

-----Victor Martins Santos;-----

-----António Graça Silva.-----

-----Faltou a esta reunião o Senhor Presidente da Câmara, José Francisco Gomes Monteiro.-----

-----A reunião foi secretariada pela Técnica Superior, Margarida Maria Gonçalves Amaro e coadjuvada pela Assistente Técnica, Sónia Cristina Fernandes.-----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Vice-Presidente declarou aberta a reunião.-----

-----**JUSTIFICAÇÃO DE FALTA**-----

-----O Senhor Vice-Presidente informou que o Senhor Presidente da Câmara se encontrava em representação do Município, o que o impossibilitou de estar presente nesta reunião, tendo a Câmara considerado a falta justificada.-----

-----**APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 6/6/2012**-----

-----Foi presente a ata n.º 11, da reunião ordinária do Executivo de 6/6/2012, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação.-----

-----Dispensada a sua leitura, foi a mesma aprovada, por unanimidade. -----

-----**APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 19/6/2012**-----

-----Foi presente a ata n.º 12, da reunião ordinária do Executivo de 19/6/2012, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação. -----

-----Dispensada a sua leitura, foi a mesma aprovada, por unanimidade. -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Nos termos do n.º 2 e 5, do art.º 84.º, da Lei n.º 169/99, de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A, barra, dois mil e dois de onze de Janeiro, o Senhor Vice-Presidente da Câmara, concedeu um período para intervenção do público, não tendo havido inscrições. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Vice-Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores tinha algum assunto a colocar perante o Executivo. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** informou que relativamente ao estudo de reequilíbrio, o Executivo reuniu na segunda-feira com a DGAL, a fim de terem conhecimento dos procedimentos que estão em curso, decorrentes da aplicação da lei. -----

-----Referiu que o Executivo teve conhecimento ainda no mês de junho que a autarquia estaria incluída no grupo A do PAEL, mas não sabiam qual o montante. No final de junho foi publicado no portal da DGAL o montante

de acesso, que se cifra nos 5 292 591,43€, mas que ainda será passível de alterações. -----

-----Referiu que o acesso ao PAEL é diferente do programa de reequilíbrio, designadamente taxas de juro, *spread* e período de carência de capital. No que concerne a este aspeto o Executivo pretende reduzir ao máximo o período de carência, porque terá o efeito imediato de redução no montante do endividamento. -----

-----Fruto desta reunião com a DGAL o Executivo decidiu avançar com a correção do estudo do plano de reequilíbrio da autarquia e usar as duas opções, reduzir os prazos de pagamento, exigidos pelo PAEL, mas ao mesmo tempo utilizar os recursos disponíveis em termos de banca, para terminar o estudo de reequilíbrio. -----

-----Informou que, segundo a DGAL, a portaria deverá ser publicada brevemente e o Executivo vai iniciar os ajustamentos, que serão essencialmente ao nível do montante de financiamento do PAEL. -----

-----**ASSUNTOS NÃO AGENDADOS**-----

-----Por ter sido reconhecida a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos foi deliberado, por maioria, com dois votos a favor, um voto contra e uma abstenção, incluir na ordem de trabalhos os seguintes pontos:

-----**PROTOCOLO DE EDIÇÃO E PUBLICAÇÃO DO FORAL MANUELINO DE CELORICO DA BEIRA – RATIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS;** -----

-----**PEDIDO DO CORTE DE TRÂNSITO PARA A REALIZAÇÃO DAS FESTAS DE SÃO PEDRO:** -----

-----**Requerente: Grupo Cultural dos Amigos de S. Pedro;** -----

-----**APROVAÇÃO DAS CONDIÇÕES E PRAZO DE EXECUÇÃO NECESSÁRIOS À EMISSÃO DO ALVARÁ DE LOTEAMENTO – REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DO DIA 4/4/2012, RELATIVAMENTE AO MONTANTE DA CAUÇÃO E APROVAÇÃO DO NOVO MONTANTE;** --

-----**ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA COLOCAÇÃO DE CONTADOR:** ---

-----**Requerente: Tomás Borges da Graça Mota.**-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**I - SECÇÃO DE PLANEAMENTO E URBANISMO**-----

-----**ASSUNTO: CERTIDÃO DE DISPENSA DE UTILIZAÇÃO**-----

-----**Requerente: Maria de Fátima Augusta dos Santos Rosa**-----

-----Foi presente requerimento n.º 5765, datado de 14/06/2012, em nome de Maria de Fátima Augusta dos Santos Rocha, pretendendo que lhe seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito na freguesia do Baraçal, inscrito sob o artigo matricial n.º 464, por o mesmo ter sido construído antes de 1981 e não ser exigida licença de habitação, pelo facto de ter sido construído antes da data da aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do art.º 1.º do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de 27/03/81.-----

-----De acordo com o parecer dos Serviços Técnicos, o Fiscal Municipal deslocou-se ao local verificando que a edificação existente foi construída antes de 1981. No entanto, na certidão de teor emitida pelos Serviços de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação foi inscrita na matriz em 1992. -----

-----**Sendo que a informação do Fiscal Municipal refere que a edificação a que a requerente alude, foi construída antes de 1981, a Câmara deliberou, por unanimidade aprovar a petição da requerente. --**

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**ASSUNTO: PEDIDO DE CORTE DE ESTRADA – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO**-----

-----**Requerente: Associação dos Bombeiros Voluntários Celoricenses**-----

-----Foi presente para ratificação despacho do Senhor Presidente da Câmara do dia 21/6/2012, que deferiu o pedido de corte de estrada nos dias 22, 23 e 24 de junho, para a realização das Festas de S. João, apresentado pela Associação dos Bombeiros Voluntários Celoricenses. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** referiu que existem duas informações da mesma técnica com posições diferentes, uma em que sugere que o pedido seja indeferido liminarmente e depois outra onde propõe o deferimento, sem qualquer justificação para a alteração. Pretendeu saber o que levou à mudança de parecer. -----

-----O Senhor **Vice-Presidente** disse que para a próxima reunião iria solicitar que a técnica justificasse a sua alteração de parecer. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara, relativo ao pedido de corte de estrada nos dias 22, 23 e 24 de Junho, para a realização das Festas de S. João.**

-----**II - PROCESSO DISCIPLINAR - ANTÓNIO CARLOS CAETANO DA SILVA**-----

-----**ASSUNTO: PARECER JURÍDICO**-----

-----Sobre o assunto em título e na sequência da deliberação do dia 6/6/2012, foi presente parecer jurídico, que se transcreve:-----

-----“Sobre o assunto em referência, da conclusão da instrutora do processo resultou, que não foi claramente apurada a realidade dos acontecimentos ocorridos a 23/2/2012, sendo proposto nos termos do n.º 2, do artigo 48.º, do Estatuto Disciplinar o arquivamento do processo.-----

-----Submetida a proposta a reunião do órgão executivo, este deliberou a aplicação de repreensão escrita. -----

-----O representante legal do trabalhador apresentou reclamação nos termos dos n.ºs 2 e 4 do artigo 28.º, do estatuto disciplinar dos trabalhadores que exercem funções públicas. -----

-----Desta resulta, de forma fundamentada no tocante aos insultos proferidos que se trata de uma matéria vaga, não concretizada. -----

-----Igual conclusão resulta dos depoimentos prestados. -----

-----Quanto ao facto de o trabalhador estar alcoolizado, apesar de tal não resultar dos métodos legalmente previstos para o efeito, o arguido admitiu que tem sofrido de alcoolismo. -----

-----Este facto dirima a responsabilidade prevista no artigo 21.º, alínea b), do estatuto disciplinar, segundo o qual a privação accidental e involuntária do exercício das faculdades intelectuais no momento da prática da infração na circunstância exime da responsabilidade disciplinar. -----

-----Do registo biográfico e disciplinar do trabalhador resulta inexistência de penalidades disciplinares. -----

-----O trabalhador está a ser acompanhado pela Associação de Alcoólicos Recuperados da Guarda e pela unidade de alcoologia de Coimbra, circunstâncias atenuantes especiais que militam a favor do trabalhador. -----

-----Face ao exposto e à conjugação da prova produzida na sua globalidade é entendimento que o processo deve ser arquivado por inexistir fundamento legal para a aplicação da pena devendo em consequência ser revogada a decisão deliberada.” -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que quanto a esta matéria, independentemente de se abster relativamente à revogação da deliberação e consequente alteração da pena, gostaria de reiterar que a sua interpretação do estatuto disciplinar é diferente do da Senhora Jurista da autarquia. É da opinião que, o ato de beber em serviço, não pode ter o enquadramento que lhe foi dado pela Jurista, primeiro, porque não é uma

privação accidental do exercício das faculdades intelectuais e depois porque não é um ato involuntário. -----

-----Disse que, face à interpretação da Jurista quase se atreveria a aconselhar os funcionários da autarquia a beberem uns copos e a terem problemas de alcoolismo, porque segundo a mesma, ficarão absolvidos de responsabilidades face às funções que desempenham nesta autarquia.-----

-----O Senhor **Vice-Presidente** começou por dizer que gosta de ser moderado quando opina em áreas que não domina, designadamente a jurídica, e, se esta não fosse a condição de todos os presentes, não teriam pedido o parecer jurídico para auxiliar a decisão do Executivo.-----

-----A Jurista da autarquia deu o seu parecer baseado na legislação, não são opiniões pessoais. -----

-----Também o advogado do arguido invoca a lei para sustentar o pedido de arquivamento do processo. -----

-----Disse que não concorda com o Senhor Vereador quando diz que todos os funcionários podem beber uns copos, porque que não irão ser responsabilizados. Recorda que já existiram outros processos dentro do mesmo âmbito dos quais resultaram penas para os arguidos, porque os factos eram claros e permitiu a aplicação da lei, sem margem para dúvidas. Contudo, este processo não permitiu uma conclusão taxativa dos acontecimentos, permitindo a lei este tipo de desfechos. Reitera que é da opinião que tendo o trabalhador por sua livre e espontânea vontade manifestado a intenção de se tratar, e está em tratamento, é uma atitude a seu favor e que deve ser tida em consideração. -----

-----O Senhor **Vereador João Duarte** é da opinião que este processo não foi bem conduzido, porque as duas testemunhas assumem nos seus depoimentos que nem sequer estiveram no local na altura da ocorrência. Questionou como é que se chegam a estas conclusões inquirindo testemunhas desta natureza. É da opinião que o Executivo ao alterar a

pena irá abrir precedentes para que no futuro outros trabalhadores tenham comportamentos iguais, sem qualquer consequência.-----

-----**A Câmara, com base no parecer jurídico, deliberou, por maioria, com voto de qualidade do Senhor Vice-Presidente, arquivar o processo disciplinar, por inexistência de fundamento legal para a aplicação de qualquer pena disciplinar ao trabalhador e revogar a deliberação tomada em reunião de Câmara realizada em 16/04/2012, relativa ao mesmo processo.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**III – PROTOCOLO DE EDIÇÃO E PUBLICAÇÃO DO FORAL MANUELINO DE CELORICO DA BEIRA – RATIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS.**-----

-----Foi presente, para ratificação das assinaturas, o protocolo de edição e publicação de trabalho monográfico “Foral Manuelino de Celorico da Beira”, celebrado entre a Câmara Municipal e o autor da obra, Dr. Levi Manuel Pinheiro Pires Coelho. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** começou por questionar sobre qual a justificação para a elaboração deste protocolo e porque é que a Câmara tinha decidido apoiar esta publicação.-----

-----O Senhor **Vice-Presidente** esclareceu que não se trata de um apoio, mas sim de uma iniciativa da autarquia, que pretendeu desta forma assinalar os 500 anos do foral manuelino de Celorico da Beira. O Dr. Levi associou-se à iniciativa elaborando o trabalho a custo zero e tendo solicitado a elaboração deste protocolo para ficarem acordadas algumas situações. -----

-----Aproveitou o ensejo para em nome do Executivo felicitar o autor, pelo excelente trabalho e pelo exemplo de dedicação ao concelho,



permitindo que a autarquia realizasse este trabalho a custo zero, bem como ao Dr. António Carlos, arqueólogo do Município, pelo trabalho que desempenhou na feitura do mesmo.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que não colocou em causa a valia da obra, nem a competência do autor. Disse que a questão inicial prendeu-se com o facto de não ter tido conhecimento deste processo, desconhecia que o Executivo iria fazer uma iniciativa desta natureza.-----

-----O Senhor **Vereador João Duarte** referiu que também desconhecia a intenção do Executivo relativamente às comemorações dos 500 anos do foral manuelino. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** começou por felicitar a iniciativa da autarquia em comemorar os 500 anos do foral de Celorico da Beira, bem como endereçar os parabéns ao Dr. Levi Coelho pelo excelente trabalho e pela inequívoca generosidade que revelou ao oferecer esta obra ao concelho. Felicitou igualmente os técnicos do município que colaboraram com ao autor.-----

-----Relativamente ao protocolo considera que até deveria ter outra grandiosidade, tendo em conta o que retrata. Mencionou que em 500 exemplares, o autor ficar com 40 e ficar com os direitos de autor é mais que viável. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que mais uma vez as suas palavras são distorcidas. Reitera que não criticou nem a obra, nem o autor, mas sim a forma como o Executivo fez as coisas. Se pretendiam comemorar os 500 anos do foral, deveriam ter envolvido todo o Executivo, que são cinco elementos e não somente três e ter trazido pelo menos as linhas orientadoras do evento a reunião de Câmara para ser analisado.-----

-----O Senhor **Vereador João Duarte** disse que subscrevia as palavras do Senhor Vereador Victor Santos. Referiu que obviamente todas as obras que são produzidas sobre o concelho são importantes, mas não é isso que está em causa, mas sim, a forma como o Executivo fez as coisas. -----

-----O Senhor **Vice-Presidente** disse que esta discussão não tinha qualquer fundamento e mais uma vez referiu que a obra ficou a custo zero para a autarquia. No dia em que foi apresentada, o salão nobre estava cheio de pessoas interessadas em conhecer o que se promove no concelho, e se os Senhores Vereadores não estiveram presentes foi por opção, porque foram convidados. -----

-----Lamenta que os Senhores Vereadores tenham esta postura. Ao invés de apreciarem o tratamento que foi dado às comemorações dos 500 anos do Foral de Celorico da Beira, limitam-se a criticar a forma como o executivo o fez. Propõe o seguinte, que os Senhores Vereadores da oposição apresentem projetos credíveis nestas reuniões, a fim de serem discutidos e não o que têm feito, criticar o executivo só por criticar. -----

-----**A Câmara deliberou por maioria, com dois votos a favor e duas abstenções, ratificar as assinaturas do protocolo identificado em epígrafe.** -----

-----**IV – PEDIDO DO CORTE DE TRÂNSITO PARA A REALIZAÇÃO DAS FESTAS DE SÃO PEDRO – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO**-----

-----**Requerente: Grupo Cultural dos Amigos de S. Pedro**-----

-----Foi presente, para ratificação, despacho do Senhor Presidente da Câmara do dia 29/6/2012, que deferiu o pedido de corte de estrada nos dias 29, 30 de Junho e 1 de julho, para a realização das Festas de S. Pedro, apresentado pelo Grupo Cultural dos Amigos de São Pedro. -----

-----A Câmara deliberou por maioria, com dois votos a favor e duas abstenções, ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara, relativo ao pedido de corte de estrada nos dias 29, 30 de Junho e 1 de Julho, para a realização das Festas de S. Pedro. -----

-----V - APROVAÇÃO DAS CONDIÇÕES E PRAZO DE EXECUÇÃO NECESSÁRIOS À EMISSÃO DO ALVARÁ DE LOTEMANTO – REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DO DIA 4/4/2012, RELATIVAMENTE AO MONTANTE DA CAUÇÃO E APROVAÇÃO DO NOVO MONTANTE-----

-----Requerente: Comissão de Melhoramentos da Carrapichana-----

-----Sobre o assunto em título foi presente informação da Divisão de Obras Particulares e Municipais dando conhecimento que o requerente informou a autarquia que vai adjudicar a realização das obras de urbanização por valor inferior ao inicialmente previsto no projeto, pretendendo uma alteração ao montante da caução a prestar. -----

-----A Câmara deliberou por maioria, com dois votos a favor e duas abstenções, revogar a deliberação da reunião realizada a 04/04/2012, relativa ao assunto “Aprovação das condições e prazo de execução necessárias à emissão do alvará de loteamento”, no que concerne ao montante da caução. Nesta sequência, foi fixada a caução a prestar no valor de 162 516,26€, conforme documentos apresentados pelo promotor do loteamento, sendo este, o valor correspondente aos orçamentos para a execução dos projetos das obras a executar, tal como previsto na lei. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----VI - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA COLOCAÇÃO DO CONTADOR-----

-----Requerente: Tomás Borges da Graça Mota-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Ação Social dando conhecimento que foi solicitado pelo requerente isenção de pagamento de colocação de contador de água.-----

-----Nesta sequência e após a análise, por parte da técnica de serviço social da autarquia, concluiu tratar-se de uma situação de carência, pelo que é da opinião que deve ser concedida a isenção, nos termos do artigo 46.º (Ponto 1 c)), do Capítulo VII, do Regulamento Municipal de Abastecimento de Água.-----

-----**A Câmara, com base na informação técnica, deliberou por maioria, com dois votos a favor e duas abstenções, isentar do pagamento de colocação de contador de água o requerente Tomás Borges da Graça Mota.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram 11:20h e nada mais havendo a tratar, o Senhor Vice-Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada, pelo Senhor Vice-Presidente e por mim, Margarida Maria Gonçalves Amaro, que a secretariei.-----